

PREGÃO ELETRÔNICO

90025/2026

CONTRATANTE (UASG)

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDÕES – MG (984997)

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO VEICULAR PARA A TOTALIDADE DA FROTA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE PERDÕES – MG

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

SIGILOSO

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 27/04/2026 às 13h00min (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por lote

MODO DE DISPUTA:

aberto e fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	6
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO	11
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	14
11. DOS RECURSOS	16
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	16
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	18
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	19

EDITAL Nº 025/2026**PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDÕES – MG****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90025/2026**

(Processo Administrativo nº 054/2026)

Torna-se público que o Município de Perdões – MG, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de serviços de seguro veicular para a totalidade da frota municipal do Município de Perdões – MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em **lote único**, formado por 10 itens de serviços, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Para o lote único constante do Termo de Referência anexo a este edital, não será concedida exclusividade de participação a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.5.1. Justifica-se tal medida com fundamento no inciso II do art. 49 da referida lei, o qual dispõe que os benefícios nela previstos poderão ser afastados quando não houver, no mínimo, 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte, sediados local ou regionalmente, e aptos a atender às exigências estabelecidas no instrumento convocatório, circunstância verificada no presente certame.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. *Havendo divergências entre os valores, marcas, modelos e fabricantes informados no sistema de compras governamentais (Comprasnet) e o documento de proposta anexado na plataforma, PREVALECERÁ àqueles que forem informados em campo próprio do sistema supracitado.*

3.3. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.4. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.12.1 deste Edital.

3.5. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.5.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.5.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.5.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.5.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.7.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.5 ou 3.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.13.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 4.1.1. Valor unitário e valor total do item;
- 4.1.2. Marca, quando for o caso;
- 4.1.3. Fabricante, quando for o caso;
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
 - 4.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
 - 4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
 - 4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
 - 4.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.
- 4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 4.10. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.
- 4.11. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. Se for o caso, o intervalo para almoço será das 11h00min às 13h00min (horário de Brasília).

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (Um centavo).

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o

período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.14.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.14, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.14.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.14.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.14.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.14.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.14.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.21.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.21.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.21.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.21.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.22.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.22.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.22.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.22.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.22.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.22.2.2. empresas brasileiras;

5.22.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.22.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.23.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.23.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens e 3.7 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. conter vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital*;

6.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante

classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.11.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

6.11.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

6.11.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

6.11.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30 % para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser apresentados por meio de consulta eletrônica, e em casos excepcionais digitalizados sob pena de falsificação documental caso haja.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (DUAS HORAS), prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.13. A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. fraudar a licitação

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: licitacao@perdoes.mg.gov.br.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico http://comprasnet.gov.br/ConsultaLicitacoes/ConsLicitacao_Filtro.asp

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

11.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

11.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

Perdões/MG, 07 de abril de 2026.

Jéssica Vilela Barbosa
Subscritora
MASP 5469-0



PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDÕES – MG

(Processo Administrativo nº 054/2026)

TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR PARA A FROTA MUNICIPAL

Modalidade Pregão Eletrônico	Critério de Julgamento Menor Preço por Lote	Lei de Regência Lei nº 14.133/2021
---------------------------------	--	---------------------------------------

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO — OBJETO

O presente Termo de Referência tem por finalidade demonstrar a necessidade e a viabilidade da contratação de serviços de seguro veicular para a totalidade da frota municipal do Município de Perdões – MG, contemplando os veículos vinculados a todas as Secretarias Municipais, indispensáveis à execução das atividades administrativas, operacionais e à prestação de serviços públicos essenciais, nos termos do art. 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Fundamento Legal: Art. 6º, XXIII, e art. 40, I, da Lei nº 14.133/2021. O objeto foi caracterizado como serviço comum, conforme Estudo Técnico Preliminar (ETP), e não se enquadra como bem ou serviço de luxo, nos termos do Decreto nº 10.818/2021.

1.1 Relação de Itens — Frota Municipal Segurada

A frota municipal a ser segurada é composta por 74 (setenta e quatro) veículos, distribuídos por categoria, conforme tabela abaixo. A contratação será realizada em lote único, abrangendo a totalidade da frota, adotando-se o critério de julgamento pelo menor preço por lote, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

TABELA DEMONSTRATIVA PARA FINS DE LANCES NA DISPUTA

LOTE/GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA (12 MESES)
------------	------	---	----------------------	--------------------------------------



TABELA DEMONSTRATIVA PARA FINS DE LANCES NA DISPUTA

LOTE/GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA (12 MESES)
01	1	1ª parcela correspondente à apólice de cobertura securitária da totalidade da frota veicular.	Serviço	01
01	2	2ª parcela correspondente à apólice de cobertura securitária da totalidade da frota veicular	Serviço	01
01	3	3ª parcela correspondente à apólice de cobertura securitária da totalidade da frota veicular	Serviço	01
01	4	4ª parcela correspondente à apólice de cobertura securitária da totalidade da frota veicular	Serviço	01
01	5	5ª parcela correspondente à apólice de cobertura securitária da totalidade da frota veicular	Serviço	01
01	6	6ª parcela correspondente à apólice de cobertura securitária da totalidade da frota veicular	Serviço	01



TABELA DEMONSTRATIVA PARA FINS DE LANCES NA DISPUTA

LOTE/GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA (12 MESES)
01	7	7ª parcela correspondente à apólice de cobertura securitária da totalidade da frota veicular	Serviço	01
01	8	8ª parcela correspondente à apólice de cobertura securitária da totalidade da frota veicular	Serviço	01
01	9	9ª parcela correspondente à apólice de cobertura securitária da totalidade da frota veicular	Serviço	01
01	10	10ª parcela correspondente à apólice de cobertura securitária da totalidade da frota veicular	Serviço	01



TABELA DEMONSTRATIVA DOS VEÍCULOS QUE COMPÕEM A FROTA MUNICIPAL

Nº	MARCA	MODELO	PLACA	FIPE	CHASSI	ANO/MOD	CATEGORIA	COMB.	PASS.	ZERO KM
1	FIAT	MOBI LIKE	RTW7H71	001461-3	9BD341ACYN786420	2022/2022	PASSEIO NACIONAL	FLEX	5	Não
2	FIAT	UNO MILLE 1.0 FIRE/F.FLEX/ECO NOMY 4P	HLF9H02	001162-2	9BD15822AD6748195	2012/2013	PASSEIO NACIONAL	FLEX	5	Não
3	FIAT	UNO MILLE 1.0 FIRE/F.FLEX/ECO NOMY 4P	HLF9704	001162-2	9BD15822AD6748208	2012/2013	PASSEIO NACIONAL	FLEX	5	Não
4	TOYOTA	ETIOS HB X MT	QOO9004	002122-9	9BRK19BT4J2110890	2018/2018	PASSEIO NACIONAL	FLEX	5	Não
5	CITROEN	AIRCROSS START MT	QOQ6845	011182-1	935SUNFN1JB521034	2017/2018	PASSEIO NACIONAL	FLEX	5	Não
6	GM- CHEVROLET	CHEV/SPIN 1.8L AT LT7	RVC4G52	004415-6	9BGJJ7520PB164567	2022/2023	PASSEIO NACIONAL	FLEX	7	Não
7	CHEVROLET	S10 LS DD4 CABINE DUPLA	QXW4B42	004413-0	9BG148DK0PC408520	2022/2023	PICK-UPS PESADAS NACIONAIS	DIESEL	5	Não
8	RENAULT	MASTER 2.3 DCI EXTRA F.VITRE 16V DIESEL	RUU4B38	025201-8	93YF62009PJ316716	2022/2023	PICK-UPS PESADAS CARGA NACIONAIS	DIESEL	16	Não
9	FIAT	SIENA	RNW3C01	001532-6	9BD19710HM3405192	2021/2021	PASSEIO NACIONAL	FLEX	5	Não
10	FIAT	DUCATO ENGESIGMIC/MU LTI	RNM8G53	001499-0	3C6EFVEK9ME529379	2021/2021	VAN	DIESEL	16	Não
11	FIAT	DUCATO ENGESIGMIC	RNM8G57	001499-0	3C6EFVEK2ME531586	2021/2021	VAN	DIESEL	16	Não
12	VOLKSWAGE N	PARATI PLUS 1.6 TOTAL FLEX	HMN3495	005211-6	9BWDB05W16T02565 6	2005/2006	PASSEIO NACIONAL	FLEX	5	Não
13	VOLKSWAGE N	KOMBI LOTAÇÃO 1.4 TOTAL FLEX	HMN7493	005240-0	9BWGF07X68P002652	2007/2008	LEVES NACIONAIS - SOMENTE KOMBI	FLEX	12	Não
14	VOLKSWAGE N	KOMBI LOTAÇÃO 1.4 TOTAL FLEX	HMN7494	005240-0	9BWGF07X78P002661	2007/2008	LEVES NACIONAIS - SOMENTE KOMBI	FLEX	12	Não
15	FIAT	DUCATO MULTI 2.3 16V DIESEL	RNV0I79	001499-0	3C6EFVEK5ME537768	2021/2021	VAN	DIESEL	18	Não
16	VOLKSWAGE N	VOLKSBUS 15.190 OD 4.6 MAN D08 P7 DIES.	OWV5467	515151-1	9532E82W4ER408767	2013/2014	ÔNIBUS/MIC RO S/ COBRANÇA FRETE NAC.	DIESEL	48	Não



TABELA DEMONSTRATIVA DOS VEÍCULOS QUE COMPÕEM A FROTA MUNICIPAL

Nº	MARCA	MODELO	PLACA	FIPE	CHASSI	ANO/MOD	CATEGORIA	COMB.	PASS.	ZERO KM
17	VOLKSWAGEN	VW/NEOBUS MINI ESC	QOX4510	515132-5	9532M52P0KR910407	2018/2019	ÔNIBUS/MICRO S/ COBRANÇA FRETE NAC.	DIESEL	30	Não
18	VOLKSWAGEN	VW/NEOBUS MINI ESC	QPD1386	515132-5	9532M52P9KR910664	2018/2019	ÔNIBUS/MICRO S/ COBRANÇA FRETE NAC.	DIESEL	30	Não
19	VOLKSWAGEN	VW/15.190 EOD E.HD ORE	QPF4056	515151-1	9532E82W7KR909454	2018/2019	ÔNIBUS/MICRO S/ COBRANÇA FRETE NAC.	DIESEL	60	Não
20	RENAULT	MASTER 2.3 DCI EXTRA FURGÃO 16V DIESEL	QQD4950	025198-4	93YMAF4XEKJ753659	2018/2019	VAN	DIESEL	16	Não
21	IVECO	DAILY TRUCK CHAS. 70C17 2P (DIES.)(E5)	QPY7074	506082-6	93ZL72C01K8481385	2018/2019	CAMINHÕES LEVES NAC. (ATÉ 6,9 TON)	DIESEL	2	Não
22	FIAT	DUCATO VAN MINIBUS 2.3 MULTIJET ECONOMY DIES.	OMF0790	001285-8	93W244M24D2099724	2012/2013	VAN	DIESEL	17	Não
23	FIAT	FIORINO HD WKE	QXH4549	001477-0	9BD2651JHL9148805	2019/2020	FURGÃO PEQUENO	FLEX	2	Não
24	MASCARELLO	GRAN MICRO URBANO (DIESEL)(E6)	RVN4B26	529006-6	9532M52P5PRO36997	2022/2023	ÔNIBUS/MICRO S/ COBRANÇA FRETE NAC.	DIESEL	-	Não
25	VOLKSWAGEN	GOL CITY/TITAN 1.0 T. FLEX 8V 4P	HMN8976	005228-0	9BWAA05WX9T091407	2008/2009	PASSEIO NACIONAL	FLEX	5	Não
26	FIAT	MOBI LIKE	RTX4110	001461-3	9BD341ACYN786645	2022/2022	PASSEIO NACIONAL	FLEX	5	Não
27	FIAT	SIENA	RNR8B49	001532-6	9BD19710HM3403694	2021/2021	PASSEIO NACIONAL	FLEX	5	Não
28	CITROEN	C3	PCU9G60	011222-4	935CEFC2C5B514917	2024/2025	PASSEIO NACIONAL	FLEX	5	Não
29	FIAT	UNO MILLE 1.0 FIRE/F.FLEX/ECONOMY 4P	HMH7616	001162-2	9BD15822AA6349445	2009/2010	PASSEIO NACIONAL	FLEX	5	Não
30	FIAT	UNO MILLE 1.0 FIRE/F.FLEX/ECONOMY 4P	HMG3244	001162-2	9BD15802554600825	2004/2005	PASSEIO NACIONAL	FLEX	5	Não
31	FIAT	DOBLÒ ESSENCE 7LG 1.8 16V	QNO8399	001352-8	9BD1196GDH1141019	2017/2017	COM. LEVE - FURGÃO	FLEX	7	Não



TABELA DEMONSTRATIVA DOS VEÍCULOS QUE COMPÕEM A FROTA MUNICIPAL

Nº	MARCA	MODELO	PLACA	FIPE	CHASSI	ANO/MOD	CATEGORIA	COMB.	PASS.	ZERO KM
		E.TORQ FLEX 4P					PEQUENO			
32	RENAULT	MASTER MBUS L3H2	QPY7071	025205-0	93YMEN4XEKJ651223	2018/2019	VAN	DIESEL	16	Não
33	FIAT	STRADA HARD WORKING CAB. SIMPLES CC E	QUH3315	001433-8	9BD5781FFLY351546	2019/2020	PICK-UPS LEVES NAC. (EXCETO KOMBI/SAV EIRO)	FLEX	2	Não
34	FIAT	STRADA FREEDOM CABINE DUPLA	PVR4F39	001530-0	9BD281BKHYF27198	2024	PICK-UPS LEVES	FLEX	5	Não
35	FIAT	STRADA WORKING	PXN9D96	001291-2	9BD57814UGB061909	2015	PICK-UPS LEVES	FLEX	2	Não
36	FIAT	STRADA VOLCANO CABINE DUPLA	RUG5I94	001528-8	9BD281B4CNYX45110	2022/2022	PICK-UPS LEVES NAC. (EXCETO KOMBI/SAV EIRO)	FLEX	5	Não
37	FIAT	MOBI LIKE	RNR8D04	001461-3	9BD341ACXNY757530	2021/2022	PASSEIO NACIONAL	FLEX	5	Não
38	YAMAHA	CROSSER 150	SIM7F34	827108-9	9C6DG25D0P0017697	2023/2023	MOTOCICLETA	FLEX	2	Não
39	YAMAHA	YBR	GYH0B20	827045-7	9CGKE026020001713	2001/2002	MOTOCICLETA	GASOLINA	2	Não
40	HONDA	CG 160 START	QUW0244	811139-1	9C2KC2500KR079105	2019/2019	MOTOCICLETA	FLEX	2	Não
41	FIAT	PALIO 1.0/TROFÉO 1.0 FIRE/FIRE FLEX 4P	PXP2255	001177-0	9BD17122ZG7571593	2015/2016	PASSEIO NACIONAL	FLEX	5	Não
42	RENAULT	KWID ZEN 1.0 SCE FLEX 4P	QOZ6443	025266-2	93YRBB000KJ559431	2018/2019	PASSEIO NACIONAL	FLEX	5	Não
43	FIAT	CRONOS DRIVE	RUF5D31	001505-9	8AP359AFDNU203367	2022/2022	PASSEIO NACIONAL	FLEX	5	Não
44	TOYOTA	ETIOS	QOJ8I51	002122-9	9BRK19BT5J20110607	2018	PASSEIO NACIONAL	FLEX	5	Não
45	FIAT	MOBI LIKE	RUO9C05	001461-3	9BD341ACZPY805991	2022/2023	PASSEIO NACIONAL	FLEX	5	Não
46	FIAT	STRADA WORKING 1.4 MPI FIRE FLEX 8V CS	PVK6528	001291-2	9BD57814UF7931004	2014/2015	PICK-UPS LEVES NAC. (EXCETO KOMBI/SAV EIRO)	FLEX	2	Não
47	VOLKSWAGE	GOL TRENDLINE	PUM6772	005384-8	9BWAA45U5FP517157	2014/2015	PASSEIO	FLEX	5	Não



PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDÕES – MG - CNPJ 18.244.343/0001-67
TERMO DE REFERÊNCIA – SEGURO VEICULAR DA FROTA MUNICIPAL

Pregão Eletrônico | Lei nº 14.133/2021

TABELA DEMONSTRATIVA DOS VEÍCULOS QUE COMPÕEM A FROTA MUNICIPAL

Nº	MARCA	MODELO	PLACA	FIPE	CHASSI	ANO/MOD	CATEGORIA	COMB.	PASS.	ZERO KM
	N	1.0 T.FLEX 8V 5P					NACIONAL			
48	FIAT	MOBI LIKE	RNR8D05	001461-3	9BD341ACXNY764737	2021/2022	PASSEIO NACIONAL	FLEX	5	Não
49	CHEVROLET	SPIN 1.8L AT PREMIER	SHR4D83	004494-6	9BGJP7520PB240908	2023/2023	PASSEIO NACIONAL	FLEX	7	Não
50	FIAT	DOBLÒ CARGO FLEX 1.8 (ALC./GAS.)	HNH0653	001235-1	9BD223155A2018147	2010/2010	COM. LEVE - FURGÃO PEQUENO	FLEX	5	Não
51	FIAT	DOBLÒ CARGO FLEX 1.4 FIRE (ALC./GAS.)	NXX0912	001302-1	9BD223153C2025211	2011/2012	COM. LEVE - FURGÃO PEQUENO	FLEX	5	Não
52	FIAT	DOBLÒ CARGO FLEX 1.4	PZT6973	001302-1	9BD22315UG2042042	2016/2016	COM. LEVE - FURGÃO PEQUENO	FLEX	5	Não
53	RENAULT	MASTER MAIA AMB	SHF9A01	025197-6	93YF62006PJ469473	2022/2023	VAN	DIESEL	ESPECIAL	Não
54	CHEVROLET	MONTANA TECFORM AB1	QPE9394	004370-2	9BGCA8030KB106313	2018/2019	PICK-UPS LEVES NAC. (EXCETO KOMBI/SAV IRO)	FLEX	5	Não
55	FIAT	CRONOS DRIVE	RUF5D30	001505-9	8AP359AFDNU198002	2022/2022	PASSEIO NACIONAL	FLEX	5	Não
56	RENAULT	KWID ZEN 1.0 MECÂNICO	QPO2282	025266-2	93YRBB000KJ617652	2018/2019	PASSEIO NACIONAL	FLEX	5	Não
57	FIAT	MOBI LIKE	PZX2G78	001461-3	9BD341A5XJY491644	2017/2018	PASSEIO NACIONAL	FLEX	5	Não
58	GENERAL MOTORS	CHEV SPIN 1.8L AT LT7/SM ACESS	QMY3E40	004415-6	9BGJJ7520RB206974	2023/2023	PASSEIO NACIONAL	FLEX	7	Não
59	RENAULT	MASTER 2.3 DCI EXECUTIVE LONGO 16L DIES.	RUL3I03	025205-0	93YF62000PJ231005	2022/2023	VAN	DIESEL	16	Não
60	RENAULT	MASTER RETH ACES	TDD4G48	025195-0	93YF620005J122939	2024/2025	VAN	DIESEL	-	Não
61	FIAT	UNO VIVACE/RUA 1.0 EVO FIRE FLEX 8V 5P	PUZ7265	001303-0	9BD195152E0604840	2014/2014	PASSEIO NACIONAL	FLEX	5	Não
62	RENAULT	KWID ZEN 1.0 SCE FLEX 4P	QOZ6449	025266-2	93YRBB002KJ558216	2018/2019	PASSEIO NACIONAL	FLEX	5	Não
63	RENAULT	KWID ZEN 1.0 MECÂNICO	QUV3467	025266-2	93YRBB008LJ123427	2019/2020	PASSEIO NACIONAL	FLEX	5	Não



TABELA DEMONSTRATIVA DOS VEÍCULOS QUE COMPÕEM A FROTA MUNICIPAL

Nº	MARCA	MODELO	PLACA	FIPE	CHASSI	ANO/MOD	CATEGORIA	COMB.	PASS.	ZERO KM
64	RENAULT	KWID ZEN 1.0 SCE FLEX 4P	TYG6C07	025266-2	93YRBB006TJ460033	2025/2026	PASSEIO NACIONAL	FLEX	5	Sim
65	RENAULT	KWID ZEN 1.0 SCE FLEX 4P	TYG6C10	025266-2	93YRBB005TJ463795	2025/2026	PASSEIO NACIONAL	FLEX	5	Sim
66	RENAULT	KWID ZEN 1.0 SCE FLEX 4P	TYD2I05	025266-2	93YRBB006TJ460016	2025/2026	PASSEIO NACIONAL	FLEX	5	Sim
67	RENAULT	KWID ZEN 1.0 SCE FLEX 4P	TYD2I06	025266-2	93YRBB006TJ459982	2025/2026	PASSEIO NACIONAL	FLEX	5	Sim
68	RENAULT	KWID ZEN 1.0 SCE FLEX 4P	TYD2I02	025266-2	93YRBB005TJ463800	2025/2026	PASSEIO NACIONAL	FLEX	5	Sim
69	RENAULT	KWID ZEN 1.0 SCE FLEX 4P	TYD2H99	025266-2	93YRBB001TJ482621	2025/2026	PASSEIO NACIONAL	FLEX	5	Sim
70	CITROEN	AIRCROSS 7 FL	TYI8I85	011234-8	935CNFCA8TB539834	2025/2026	MISTO CAMIONETA	FLEX	7	Sim
71	TOYOTA	HILUX MAIA AMB1	TYI8I81	002144-0	8AJDA8CB4T8103484	2025/2026	ESPECIAL CAMINHON ETE	DIESEL	2	Sim
72	VOLKSWAGE N	POLO TRACK	TCE0D17	005540-9	9BWAG5R10ST00891 0	2025/2026	PASSEIO NACIONAL	FLEX	5	Não
73	CHEVROLET	SPIN	TCB9C98	004414-8	9BGJC7520SB139024	2024/2025	PASSEIO NACIONAL	FLEX	7	Não
74	FIAT	STRADA	TCU9G87	001527-0	9BD281AJHSYG01203	2025/2026	PICK-UPS LEVES	FLEX	2	Não

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP), elaborado nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 10.947/2022, apêndice integrante deste Termo de Referência.

Conforme exigência do TCU (Acórdão nº 2.622/2015 – Plenário), o ETP deve anteceder e fundamentar o Termo de Referência, demonstrando a necessidade da contratação, as alternativas consideradas e a solução escolhida.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO — CICLO DE VIDA DO OBJETO

A descrição da solução como um todo, considerado o ciclo de vida do objeto, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência, conforme art. 18, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



4.1 Sustentabilidade

A contratação deverá observar, no que couber, os princípios e diretrizes de sustentabilidade previstos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e no art. 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, adotando práticas que promovam a redução de impactos ambientais e maior eficiência administrativa. Deverão ser observados, no mínimo, os seguintes critérios:

- a) Preferência pela emissão de apólice, endossos, boletos e demais documentos em formato digital, reduzindo o uso de papel e outros insumos físicos;
- b) Utilização de meios eletrônicos de comunicação entre a Contratada e a Administração para envio de documentos, avisos de sinistros e demais tratativas contratuais;
- c) Incentivo à adoção de práticas de responsabilidade socioambiental pela seguradora, tais como políticas internas de sustentabilidade, gestão eficiente de recursos e redução de impactos ambientais em suas atividades operacionais;
- d) Sempre que aplicável, priorização de rede credenciada que observe boas práticas ambientais, incluindo destinação ambientalmente adequada de resíduos automotivos provenientes de reparos, tais como óleos, peças e materiais substituídos.

A adoção dessas medidas visa promover maior eficiência administrativa, redução do consumo de recursos naturais e incentivo a práticas sustentáveis na execução contratual, em consonância com as diretrizes da Administração Pública.

4.2 Das Coberturas

Referente aos veículos relacionados neste Termo de Referência:

a) VEÍCULOS COM COBERTURA TOTAL E RESPONSABILIDADE CIVIL FACULTATIVA, COM ASSISTÊNCIA 24 HORAS E GUINCHO COM DISTÂNCIA MÍNIMA DE 500 KM.

b) O seguro deverá cobrir, no mínimo, os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pelo fabricante, localizada no Município de Perdões/MG, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas contratadas, compreendendo:

1. Roubo ou furto total, bem como os danos causados por tentativa de roubo ou furto, incluindo os vidros;
2. Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, o veículo esteve em poder de terceiros;
3. Colisão com veículos, pessoas ou animais, capotamento e abalroamento;
4. Raio e suas consequências;
5. Incêndio e explosão, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;
6. Queda em precipícios ou de pontes e queda de agentes externos sobre o veículo; acidente durante o transporte do veículo por meio apropriado;
7. Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchente ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;
8. Responsabilidade Civil Facultativa (RCF – Danos Materiais e Pessoais);
9. Acidente Pessoal de Passageiros (APP – Morte ou Invalidez), cobertura total quando for o caso;
10. Granizo;
11. Acessórios não referentes a som e imagem, exceto os originais de fábrica.

c) Cobertura adicional de assistência 24 horas, com os seguintes serviços mínimos:



1. Chaveiro;
2. Assistência 24 horas: prestação de assistência dia e noite, com socorro mecânico e disponibilização de serviço de guincho com cobertura mínima de 500 km, visando garantir o atendimento aos veículos da frota em situações de pane ou sinistro;
3. Serviço de guincho: disponibilização de guincho com cobertura mínima de 500 km por evento, destinado à remoção do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até oficina credenciada ou local indicado pela Administração;
4. Transporte da pessoa segurada por imobilização do veículo segurado;
5. Transporte das pessoas seguradas por roubo ou furto do veículo.

4.3 Do Valor de Mercado Referenciado

Em caso de indenização integral, o valor pago deverá ser tomado como base na publicação da tabela FIPE, sendo os valores atualizados conforme novas publicações. Em caso de extinção ou interrupção da publicação da tabela FIPE, a tabela substituta será a tabela MOLICAR, divulgada pelo sítio www.molicar.com.br, com o mesmo percentual, vedada a utilização de qualquer outra tabela.

Tratando-se de sinistro envolvendo veículos zero quilômetro, o valor será determinado com base no valor do veículo novo por um prazo não inferior a 90 (noventa) dias a contar da data de seu recebimento pelo Município, independentemente da quilometragem rodada no período. Entende-se por valor de veículo novo o valor do veículo zero quilômetro constante da tabela de referência quando da liquidação do sinistro.

4.4 Do Perfil da Frota

A frota municipal possui uso misto, sendo empregada no atendimento das diversas atividades e necessidades da Administração Pública. Os veículos podem operar tanto em áreas urbanas quanto rurais, conforme as demandas dos serviços públicos, podendo estar vinculados a diferentes secretarias municipais. Em razão da natureza dinâmica da utilização da frota, a quilometragem média pode variar de acordo com as atividades desenvolvidas e as necessidades operacionais do Município.

4.5 Do Histórico de Sinistros

Informação usualmente considerada pelas seguradoras para análise de risco e precificação do seguro. Contudo, não foi disponibilizado ou não se encontra consolidado, até o momento, histórico detalhado de sinistros da frota municipal. Dessa forma, os licitantes deverão considerar tal ausência de informação na elaboração de suas propostas, podendo, se necessário, solicitar esclarecimentos adicionais durante a fase de contratação, conforme previsto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

4.6 Da Franquia

O pagamento da franquia observará os seguintes critérios:

12. A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, as quais serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio);
13. Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e na apólice, não devendo exceder o percentual de 10% (dez por cento) do valor de mercado do veículo;
14. Os valores de franquia para substituição ou reparo de para-brisas, vidros, retrovisores, faróis e lanternas deverão seguir a política comercial da seguradora, não sendo cumulativos com a franquia aplicável aos demais sinistros previstos na apólice;
15. Havendo sinistro com necessidade específica de substituição de vidros laterais e traseiros, troca de lente de retrovisores e reparo em trincas de para-brisas, a Contratada não cobrará franquia para esses serviços;



16. Em caso de sinistro de Perda Parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago pelo Município à Contratada;
17. Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão;
18. O valor da franquia de cada veículo deverá ser expresso em moeda corrente nacional na proposta final da Contratada.

4.7 Da Apólice

A emissão deverá resultar em uma única apólice, por meio eletrônico, sem custo para a Contratante. A apólice deverá conter, obrigatoriamente:

19. Identificação e descrição de cada veículo com suas devidas especificações;
20. Indicação da tabela de referência e da tabela substituta e seus respectivos veículos de publicação;
21. Indicação do fator de ajuste, em percentual, a ser utilizado no caso de cobertura total;
22. Prêmios discriminados por cobertura.

Limites de indenização por cobertura para Acidentes Pessoais de Passageiros (APP):

23. Valor para indenização por morte, por pessoa: R\$ 90.000,00 (noventa mil reais);
24. Valor para indenização por invalidez, por pessoa: R\$ 90.000,00 (noventa mil reais).

A apólice deverá ser disponibilizada à Contratante, em meios eletrônicos e com assinatura eletrônica válida, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da emissão da nota de empenho. Após a disponibilização, a Contratante terá o prazo de até 15 (quinze) dias para verificação de conformidade e posterior confirmação de validade.

Para inclusão por endosso ou correção de dados, a Contratada disporá de até 15 (quinze) dias a contar do recebimento do pedido pela respectiva unidade fiscalizadora.

A não disponibilização da apólice no prazo estipulado não invalida a cobertura contratada para sinistros ocorridos dentro do prazo e termos previstos, sujeitando, contudo, a Contratada às penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021.

4.8 Da Avaria

Caso haja avaria preexistente qualificada na vistoria de contratação do seguro, isso não será impeditivo para a contratação, sendo tais avarias excluídas da cobertura em caso de sinistro de Perda Parcial. Após procedimento de recuperação pelo Município, durante a vigência do seguro, o veículo deverá ser submetido a nova vistoria para exclusão da Cláusula de Avaria. Avarias preexistentes não serão consideradas em caso de Indenização Integral.

Caso a seguradora deixe de realizar a vistoria prévia, será desconsiderada qualquer cláusula de avaria posterior, assumindo a Contratada a responsabilidade integral a partir da contratação.

4.9 Do Aviso de Sinistro

A Contratada deverá colocar à disposição da Contratante, 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 7 (sete) dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro, podendo funcionar por e-mail, telefone ou serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional.

Após o registro do sinistro, a Contratada terá, no máximo, 10 (dez) dias, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado. Havendo necessidade de reboque, o atendimento deverá ocorrer em prazo máximo de 3 (três) horas após o aviso de sinistro.

4.10 Dos Bônus



A licitante vencedora, independentemente de ser ou não a atual contratada, deverá observar os bônus com referência primária no valor de cada veículo, conforme tabela FIPE vigente.

4.11 Do Endosso

Quaisquer alterações — tais como inclusão, substituição e exclusão de veículos — poderão ser solicitadas pelo Município e processadas pela seguradora mediante endosso, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar do pedido expresso pela unidade fiscalizadora do contrato. Poderão ser objeto de endosso, ainda, correções de nome do segurado, endereço, local de permanência, unidade da federação, chassi e placas emitidos erroneamente, entre outras necessidades relacionadas ao objeto contratual.

4.12 Dos Salvados

Uma vez paga a indenização integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da seguradora, que deverá providenciar a transferência dos referidos bens e o devido encerramento do registro junto aos órgãos pertinentes.

4.13 Da Regulação de Sinistro

Ocorrendo sinistro, a seguradora deverá examinar as causas e circunstâncias no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura. Decorrido o prazo sem pronunciamento da seguradora, o Município poderá autorizar a correção do dano, devendo a Contratada arcar integralmente com o ônus da execução.

Não será fixado prazo para comunicação de sinistro, podendo ser realizada a critério do Município. Ocorrendo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração será automática, sem cobrança de prêmio adicional. O prazo máximo para as indenizações não poderá ser superior a 30 (trinta) dias do aviso de sinistro.

PENALIDADE: Havendo descumprimento do prazo para indenização, a seguradora ficará sujeita a multa diária correspondente a 2% (dois por cento) do valor da indenização, além das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021.

4.14 Da Indenização

Todas as despesas de salvamento durante e após a ocorrência de um sinistro correrão, obrigatoriamente, por conta da Contratada. Os danos materialmente comprovados, causados pela seguradora ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro ou minorar o dano ou salvar a coisa, serão de total responsabilidade da seguradora.

4.15 Da Indenização Integral

Será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem 75% (setenta e cinco por cento) do valor referenciado. Em caso de indenização integral, a seguradora não poderá deduzir do valor referenciado os valores concernentes a avarias previamente constatadas. Na liquidação de sinistros por indenização integral, o documento de transferência de propriedade do veículo deverá ser previamente preenchido com os dados do proprietário do veículo e da sociedade seguradora.

4.16 Da Inclusão de Veículos

Havendo necessidade de inclusão ou substituição de veículo(s) durante o período de vigência da apólice, a Contratada deverá fornecer previamente orçamento contemplando o valor do prêmio total e franquia referente a cada veículo a ser incluído, considerando a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que originou esta contratação.

4.17 Da Exclusão de Veículos



Havendo necessidade de exclusão de veículo(s), a Contratada deverá calcular, por aritmética simples, o valor total a ser devolvido à Administração Pública, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$X \div 12 = Y \text{ e } Y \times Z = VT$$

Onde: X = valor anual do prêmio por veículo; 12 = número de meses do contrato; Y = valor mensal do prêmio por veículo; Z = número de meses restantes para o término da apólice; VT = valor total a ser devolvido à Administração Pública.

O valor de Z será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pelo Município, por correspondência eletrônica com confirmação de entrega ou via carta com Aviso de Recebimento (AR). Para efeito deste cálculo, considera-se mês o período superior a 15 (quinze) dias.

5. INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS (Art. 41, I, da Lei nº 14.133/2021)

Na presente contratação não houve indicação de marca ou modelo específico, em atenção ao princípio da competitividade e ao disposto no art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

5.1 Da Vedação de Contratação de Marca ou Produto

Diante das conclusões do estudo técnico, não haverá vedação de marca ou modelo.

5.2 Da Exigência de Amostra

Não haverá exigência de amostra para a contratação referida em tela.

5.3 Da Exigência de Carta de Solidariedade

Não haverá exigência de carta de solidariedade.

6. SUBCONTRATAÇÃO E GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

6.1 Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

6.2 Garantia da Contratação

Não haverá exigência de garantia da contratação prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 Condições de Entrega

A Contratada obriga-se a implementar o seguro veicular de toda a frota objeto deste contrato no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do recebimento da Ordem Formal de Fornecimento, assegurando que os veículos estejam cobertos com cobertura integral e com início efetivo de vigência da apólice anterior à utilização operacional pela Administração Pública.

Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões com pelo menos 3 (três) dias de antecedência, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

A implementação do seguro veicular deverá ser formalizada junto à Contratante por meio do encaminhamento da apólice, endossos e demais documentos comprobatórios ao Departamento de Patrimônio Municipal, por meio físico ou eletrônico, conforme orientações da Administração.



A apresentação da documentação relativa ao seguro deverá ocorrer em dias úteis, no horário de expediente administrativo (das 07h às 17h), mediante prévia comunicação e agendamento com o setor responsável, quando necessária a entrega presencial.

O não cumprimento do prazo de entrega sujeitará a Contratada às sanções administrativas cabíveis previstas na Lei nº 14.133/2021 e no instrumento contratual.

7.2 Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), além das condições específicas previstas na apólice de seguro e neste Termo de Referência.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (art. 115, caput, da Lei nº 14.133/2021).

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

Após a assinatura do contrato, o órgão poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial destinada à apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis.

8.1 Fiscalização Técnica

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto nº 11.246/2022, art. 22, VI).

25. O fiscal técnico anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução, com descrição do necessário para a regularização das faltas ou defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º);
26. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para correção (Decreto nº 11.246/2022, art. 22, III);
27. Informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência (Decreto nº 11.246/2022, art. 22, IV);
28. Comunicará ao gestor o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou prorrogação contratual (Decreto nº 11.246/2022, art. 22, VII).

8.2 Fiscalização Administrativa

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando documentos comprobatórios pertinentes, quando necessário (Decreto nº 11.246/2022, art. 23, I e II). Em caso de descumprimento das obrigações contratuais, atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis.



8.3 Gestor do Contrato

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração (Decreto nº 11.246/2022, art. 21, IV).

O gestor emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto nº 11.246/2022, art. 21, VIII).

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1 Recebimento

29. O serviço de seguro será recebido provisoriamente no ato da apresentação da apólice ou documento equivalente, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança correspondente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato (art. 140, I, da Lei nº 14.133/2021);
30. A documentação poderá ser recusada, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações, devendo a Contratada proceder às devidas correções ou substituições no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação;
31. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da apólice e da nota fiscal, após verificação de conformidade, formalizada mediante termo de aceitação (art. 140, II, da Lei nº 14.133/2021);
32. Para contratações cujos valores não ultrapassem o limite previsto no art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 30 (trinta) dias úteis;
33. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências;
34. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada quanto ao fiel cumprimento das condições da apólice durante toda a vigência contratual.

9.2 Liquidação

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal apresenta: prazo de validade; data de emissão; dados do contrato e do órgão contratante; período respectivo de execução; valor a pagar; e eventual destaque das retenções tributárias cabíveis.

A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação de regularidade fiscal, mediante consulta ao SICAF ou, na sua impossibilidade, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais (art. 68 da Lei nº 14.133/2021).

9.3 Prazo de Pagamento

O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022. Em caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos serão atualizados monetariamente pelo índice INPC entre o termo final do prazo e a data de sua efetiva realização.

9.4 Forma de Pagamento

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a



retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, desde que apresente comprovação por documento oficial.

9.5 Antecipação de Pagamento

A presente contratação NÃO permite a antecipação de pagamento parcial ou total.

9.6 Cessão de Crédito

É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020. As cessões de crédito não abrangidas pela referida IN dependerão de prévia aprovação do contratante e de celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1 Forma de Seleção e Critério de Julgamento

O fornecedor será selecionado por meio de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**, por **LOTE ÚNICO**, nos termos do art. 17, §1º, I, c/c art. 6º, XXXVIII, da Lei nº 14.133/2021.

O critério de lote único justifica-se pela necessidade de padronização na prestação dos serviços, otimização da gestão contratual e administração, conforme detalhado no ETP. (TCU – Acórdão nº 2.069/2014 – Plenário)

10.2 Forma de Fornecimento

O fornecimento do objeto será integral, contemplando a totalidade da frota municipal.

10.3 Exigências de Habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos, nos termos do art. 62 e seguintes da Lei nº 14.133/2021:

a) Habilitação Jurídica

- Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente com validade nacional;
- Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;
- MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI);
- Sociedade empresária, SLU ou EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, com documento comprobatório de seus administradores;
- Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, com comprovação dos administradores;
- Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social devidamente arquivados, além do registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764/1971.

b) Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

- Prova de inscrição no CNPJ ou CPF;
- Certidão conjunta RFB/PGFN de regularidade fiscal federal (inclusive Previdência Social);
- Certificado de Regularidade do FGTS;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal;



- Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede.

c) Qualificação Econômico-Financeira

- Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (art. 69, II, da Lei nº 14.133/2021).

d) Qualificação Técnica

Autorização emitida pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) para operar no ramo de seguros de automóveis, exigência derivada da natureza regulada do setor, em conformidade com o Decreto-Lei nº 73/1966 e as resoluções do CNSP.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas, nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133/2021 e do Acórdão TCU nº 1.084/2020 – Plenário.

A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

A pesquisa de preços deverá obedecer aos critérios previstos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021. Para contratação de seguros, recomenda-se a cotação com ao menos 3 (três) seguradoras habilitadas perante a SUSEP, como parâmetro de mercado.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Perdões/MG, observada a disponibilidade orçamentária e financeira exigida pelo art. 11, IV, e art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

Gestão / Unidade	
Fonte de Recursos	
Programa de Trabalho	
Elemento de Despesa	
Plano Interno	

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. APROVAÇÃO E ASSINATURAS

Perdões/MG, 17 de março de 2026.

Eneribis Cristina de Moura Pinto Alvarenga
Secretária Municipal de Saúde

Adriano de Castro Pereira
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico



PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDÕES – MG - CNPJ 18.244.343/0001-67
TERMO DE REFERÊNCIA – SEGURO VEICULAR DA FROTA MUNICIPAL

Pregão Eletrônico | Lei nº 14.133/2021

Elenize de Fátima Carvalho Luiz
Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos

Luciana Maria Arriel Soares
Secretária Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Luiz Fernando Moreira Mota
Secretário Municipal de Cultura, Turismo e Patrimônio Histórico

Lauanda Santos Salvador Eva
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

Márcia Regina Martins Bartels
Secretária Municipal de Educação

Paulo Roberto dos Santos
Secretário Municipal de Esportes e Lazer

Wesley José Mendes Vivas
Secretário Municipal de Fazenda

Sérgio Martins Silveira
Secretário Municipal de Governo

Luciana Maria Arriel Soares
Secretária Municipal de Obras e Serviços Públicos

Joana Darc Resende da Costa
Secretária Municipal de Planejamento

Guilherme Pereira Freitas
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDÕES – MG

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 054/2026

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ETP

CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR PARA A FROTA MUNICIPAL

Modalidade Pregão Eletrônico	Critério de Julgamento Menor Preço por Lote	Frota / Itens 74 veículos — Lote Único
---------------------------------	--	---

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Órgãos Requiritantes	Secretarias Municipais de Perdões/MG
Processo Digital nº	054/2026
Data de Elaboração	Perdões/MG, 17 de março de 2026
Fundamento Legal	Art. 18 da Lei nº 14.133/2021; Decreto nº 10.947/2022
Modalidade de Licitação	Pregão Eletrônico (Art. 28, I, da Lei nº 14.133/2021)
Forma	Eletrônica
Critério de Julgamento	Menor Preço por Lote Único
Natureza do Objeto	Serviço Contínuo de Natureza Comum (Art. 6º, XIII e XV)
Quantidade de Veículos	74 (setenta e quatro) veículos

2. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Exigência do art. 18, §1º, da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 10.947/2022: o ETP deve identificar a equipe de planejamento responsável pela elaboração. A equipe é distinta dos fiscais e gestores do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDÕES – MG - CNPJ 18.244.343/0001-67
TERMO DE REFERÊNCIA – SEGURO VEICULAR DA FROTA MUNICIPAL

Pregão Eletrônico | Lei nº 14.133/2021

2.1 Equipe de Planejamento (Elaboração do ETP)

Servidor	Secretaria	Função no Contrato
Felipe Miguel Freire	Secretaria Municipal de Saúde	Equipe de Planejamento
Elisa Carvalho Fernandes	Secretaria Municipal de Saúde	Equipe de Planejamento

2.2 Responsáveis pela Fiscalização Técnica

Servidor	Secretaria	Função no Contrato
Felipe Miguel Freire	Sec. Municipal de Saúde	Fiscal Técnico
Adriano de Castro Pereira	Sec. Municipal de Desenv. Econômico	Fiscal Técnico
Elenize de Fátima Carvalho Luiz	Sec. Municipal de Administração	Fiscal Técnico
Roseli Soares Arriel	Sec. Municipal de Agricultura	Fiscal Técnico
Shyrlei da Silva	Sec. Municipal de Cultura/Turismo	Fiscal Técnico
Lauanda Santos Salvador Eva	Sec. Municipal de Desenv. Social	Fiscal Técnico
Luiz Paulo Aprecido Correa	Sec. Municipal de Educação	Fiscal Técnico
Paulo Roberto dos Santos	Sec. Municipal de Esportes/Lazer	Fiscal Técnico
Wesley José Mendes Vivas	Sec. Municipal de Fazenda	Fiscal Técnico
Sérgio Martins Silveira	Sec. Municipal de Governo	Fiscal Técnico
Matheus Vitor Fernandes Pimenta	Sec. Municipal de Obras/Serv. Públ.	Fiscal Técnico
Joana Darc Resende da Costa	Sec. Municipal de Planejamento	Fiscal Técnico

2.3 Responsáveis pela Fiscalização Administrativa

Servidor	Secretaria	Função no Contrato
Eneribis Cristina de M. P. Alvarenga	Sec. Municipal de Saúde	Fiscal Administrativo
Adriano de Castro Pereira	Sec. Municipal de Desenv. Econômico	Fiscal Administrativo
Elenize de Fátima Carvalho Luiz	Sec. Municipal de Administração	Fiscal Administrativo
Luciana Maria Arriel Soares	Sec. Municipal de Agricultura	Fiscal Administrativo
Luiz Fernando Moreira Mota	Sec. Municipal de Cultura/Turismo	Fiscal Administrativo
Lauanda Santos Salvador Eva	Sec. Municipal de Desenv. Social	Fiscal Administrativo
Márcia Regina Martins Bartels	Sec. Municipal de Educação	Fiscal Administrativo



PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDÕES – MG - CNPJ 18.244.343/0001-67
TERMO DE REFERÊNCIA – SEGURO VEICULAR DA FROTA MUNICIPAL

Pregão Eletrônico | Lei nº 14.133/2021

Servidor	Secretaria	Função no Contrato
Paulo Roberto dos Santos	Sec. Municipal de Esportes/Lazer	Fiscal Administrativo
Wesley José Mendes Vivas	Sec. Municipal de Fazenda	Fiscal Administrativo
Sérgio Martins Silveira	Sec. Municipal de Governo	Fiscal Administrativo
Luciana Maria Arriel Soares	Sec. Municipal de Obras/Serv. Públ.	Fiscal Administrativo
Joana Darc Resende da Costa	Sec. Municipal de Planejamento	Fiscal Administrativo

3. INTRODUÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por finalidade demonstrar a necessidade e a viabilidade da contratação de seguro veicular para a totalidade da frota municipal, contemplando os 74 (setenta e quatro) veículos vinculados a todas as Secretarias do Município de Perdões/MG, os quais são indispensáveis à execução das atividades administrativas, operacionais e à prestação de serviços públicos essenciais, nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 10.947/2022.

A contratação do seguro veicular configura-se como medida preventiva fundamental para a proteção do patrimônio público, tendo em vista a exposição permanente dos veículos oficiais a riscos inerentes à circulação diária, tais como acidentes, avarias, furtos, roubos e outros sinistros. A ausência de cobertura securitária pode resultar em impactos financeiros significativos ao erário, além de comprometer a continuidade dos serviços prestados à população, sobretudo aqueles que dependem diretamente do transporte institucional.

A medida alinha-se às boas práticas de gestão pública e governança, promovendo maior eficiência, segurança e economicidade na administração dos bens públicos, em consonância com os princípios da legalidade, eficiência, planejamento e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021 (art. 5º) e na Constituição Federal (art. 37, caput).

4. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A necessidade administrativa a ser atendida é o compartilhamento de risco financeiro e patrimonial decorrente de eventos que possam ocorrer com os veículos do Município — sinistros, acidentes — que resultem em danos parciais ou totais a esses veículos, a veículos ou bens de terceiros, ou a pessoas.

Os veículos da frota municipal estão sujeitos a acidentes causados por agentes externos (colisão, incêndio, roubo e furto) que podem acarretar danos ao patrimônio público e a terceiros. A contratação de seguro total proporcionará proteção à frota em caso de sinistros, possibilitando maior facilidade na recuperação e no ressarcimento de danos, além de assistência 24 (vinte e quatro) horas aos usuários dos veículos oficiais.

Sob a perspectiva do interesse público, a contratação de seguro veicular é crucial para: resguardar o patrimônio público; evitar ou minimizar gastos com indenizações, ressarcimentos e consertos; e reduzir os riscos de dano ao erário. A contratação é caracterizada como serviço continuado comum, por conta da imperiosidade da prestação ininterrupta em face do desenvolvimento habitual das atividades administrativas e rotineiras, nos termos do art. 6º, incisos XIII e XV, da Lei nº 14.133/2021.



5. ÁREA REQUISITANTE

A contratação é de caráter transversal, abrangendo todas as Secretarias Municipais, cujos responsáveis são:

Secretaria Requisitante	Responsável
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	Adriano de Castro Pereira
Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos	Elenize de Fátima Carvalho Luiz
Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Luciana Maria Arriel Soares
Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Patrimônio Histórico	Luiz Fernando Moreira Mota
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Lauanda Santos Salvador Eva
Secretaria Municipal de Educação	Márcia Regina Martins Bartels
Secretaria Municipal de Esportes e Lazer	Paulo Roberto dos Santos
Secretaria Municipal de Fazenda	Wesley José Mendes Vivas
Secretaria Municipal de Governo	Sérgio Martins Silveira
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	Luciana Maria Arriel Soares
Secretaria Municipal de Planejamento	Joana Darc Resende da Costa
Secretaria Municipal de Saúde	Eneribis Cristina de Moura Pinto Alvarenga

6. PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES (PAC)

O objeto da contratação consta no Plano Anual de Contratações (PAC) do exercício de 2026, elaborado em conformidade com o art. 12, VII, da Lei nº 14.133/2021 e com o Decreto nº 10.947/2022, considerando sua essencialidade para a manutenção e o fortalecimento dos serviços públicos municipais.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1 Sustentabilidade

A contratação deverá observar, no que couber, os princípios e diretrizes de sustentabilidade previstos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e no art. 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, adotando práticas que promovam a redução de impactos ambientais e maior eficiência administrativa. Deverão ser observados, no mínimo, os seguintes critérios:

- Preferência pela emissão de apólice, endossos, boletos e demais documentos em formato digital, reduzindo o uso de papel e outros insumos físicos;
- Utilização de meios eletrônicos de comunicação entre a Contratada e a Administração para envio de documentos, avisos de sinistros e demais tratativas contratuais;
- Incentivo à adoção de práticas de responsabilidade socioambiental pela seguradora, tais como políticas internas de sustentabilidade, gestão eficiente de recursos e redução de impactos ambientais em suas atividades operacionais;



- d) Sempre que aplicável, priorização de rede credenciada que observe boas práticas ambientais, incluindo destinação ambientalmente adequada de resíduos automotivos provenientes de reparos, tais como óleos, peças e materiais substituídos.

A adoção dessas medidas visa promover maior eficiência administrativa, redução do consumo de recursos naturais e incentivo a práticas sustentáveis na execução contratual, em consonância com as diretrizes da Administração Pública.

7.2 Coberturas Mínimas Exigidas

O seguro deverá cobrir, no mínimo, os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pelo fabricante, localizada no Município de Perdões/MG, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas contratadas, compreendendo:

1. Roubo ou furto total, bem como os danos causados por tentativa de roubo ou furto, incluindo os vidros;
2. Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, o veículo esteve em poder de terceiros;
3. Colisão com veículos, pessoas ou animais, capotamento e abalroamento;
4. Raio e suas consequências;
5. Incêndio e explosão, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;
6. Queda em precipícios ou de pontes e queda de agentes externos sobre o veículo; acidente durante o transporte do veículo por meio apropriado;
7. Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchente ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;
8. Responsabilidade Civil Facultativa (RCF – Danos Materiais e Pessoais);
9. Acidente Pessoal de Passageiros (APP – Morte ou Invalidez), cobertura total quando for o caso;
10. Granizo;
11. Acessórios não referentes a som e imagem, exceto os originais de fábrica.

c) Cobertura adicional de assistência 24 horas, com os seguintes serviços mínimos:

1. Chaveiro;
2. Assistência 24 horas: prestação de assistência dia e noite, com socorro mecânico e disponibilização de serviço de guincho com cobertura mínima de 500 km, visando garantir o atendimento aos veículos da frota em situações de pane ou sinistro;
3. Serviço de guincho: disponibilização de guincho com cobertura mínima de 500 km por evento, destinado à remoção do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até oficina credenciada ou local indicado pela Administração;
4. Transporte da pessoa segurada por imobilização do veículo segurado;
5. Transporte das pessoas seguradas por roubo ou furto do veículo.

7.3 Outros Requisitos



- Não haverá indicação de marcas ou modelos (art. 41, I, da Lei nº 14.133/2021);
- Não haverá vedação de marca ou produto;
- Não haverá exigência de carta de solidariedade (art. 41, IV);
- Não haverá exigência de amostra;
- Não é admitida a subcontratação do objeto;
- A Contratada deverá apresentar registro válido junto à SUSEP, conforme exigência do Decreto-Lei nº 73/1966;
- A franquia será na modalidade obrigatória, não podendo exceder 10% do valor de mercado do veículo; não haverá cobrança de franquia em caso de indenização integral, incêndio, granizo ou explosão.

8. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES

A estimativa das quantidades foi definida com base em levantamento atualizado da frota municipal apta a ser segurada, considerando a totalidade dos veículos oficiais em uso, vinculados a todas as Secretarias do Município. O quantitativo contempla veículos em condições regulares de operação e passíveis de cobertura securitária, abrangendo automóveis, utilitários, motocicletas, ônibus, vans e demais categorias.

O quadro abaixo apresenta a relação completa e atualizada dos **74 (setenta e quatro) veículos** que compõem a frota municipal a ser segurada, em consonância com o Termo de Referência:

Nº	Marca	Modelo	Placa	Ano/Mod	Categoria
1	FIAT	MOBI LIKE	RTW7H71	2022/2022	Passeio
2	FIAT	UNO MILLE 1.0	HLF9H02	2012/2013	Passeio
3	FIAT	UNO MILLE 1.0	HLF9704	2012/2013	Passeio
4	TOYOTA	ETIOS HB X MT	QOO9004	2018/2018	Passeio
5	CITROEN	AIRCROSS START MT	QOQ6845	2017/2018	Passeio
6	CHEVROLET	SPIN 1.8L AT LT7	RVC4G52	2022/2023	Passeio
7	CHEVROLET	S10 LS DD4 CAB. DUPLA	QXW4B42	2022/2023	Pick-up Pesada
8	RENAULT	MASTER 2.3 DCI EXTRA	RUU4B38	2022/2023	Van/Carga
9	FIAT	SIENA	RNW3C01	2021/2021	Passeio
10	FIAT	DUCATO ENGESIGMIC/MULTI	RNM8G53	2021/2021	Van
11	FIAT	DUCATO ENGESIGMIC	RNM8G57	2021/2021	Van
12	VOLKSWAGEN	PARATI PLUS 1.6	HMN3495	2005/2006	Passeio
13	VOLKSWAGEN	KOMBI LOTAÇÃO 1.4	HMN7493	2007/2008	Leve/Kombi
14	VOLKSWAGEN	KOMBI LOTAÇÃO 1.4	HMN7494	2007/2008	Leve/Kombi
15	FIAT	DUCATO MULTI 2.3 16V	RNV0I79	2021/2021	Van
16	VOLKSWAGEN	VOLKSBUS 15.190 OD	OWV5467	2013/2014	Ônibus



PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDÕES – MG - CNPJ 18.244.343/0001-67
TERMO DE REFERÊNCIA – SEGURO VEICULAR DA FROTA MUNICIPAL

Pregão Eletrônico | Lei nº 14.133/2021

Nº	Marca	Modelo	Placa	Ano/Mod	Categoria
17	VOLKSWAGEN	VW/NEOBUS MINI ESC	QOX4510	2018/2019	Ônibus/Micro
18	VOLKSWAGEN	VW/NEOBUS MINI ESC	QPD1386	2018/2019	Ônibus/Micro
19	VOLKSWAGEN	VW/15.190 EOD E.HD ORE	QPF4056	2018/2019	Ônibus
20	RENAULT	MASTER 2.3 EXTRA FURGÃO	QQD4950	2018/2019	Van
21	IVECO	DAILY TRUCK 70C17	QPY7074	2018/2019	Caminhão Leve
22	FIAT	DUCATO VAN MINIBUS	OMF0790	2012/2013	Van
23	FIAT	FIORINO HD WK E	QXH4549	2019/2020	Furgão Pequeno
24	MASCARELLO	GRAN MICRO URBANO	RVN4B26	2022/2023	Ônibus/Micro
25	VOLKSWAGEN	GOL CITY/TITAN 1.0	HMN8976	2008/2009	Passeio
26	FIAT	MOBI LIKE	RTX4I10	2022/2022	Passeio
27	FIAT	SIENA	RNR8B49	2021/2021	Passeio
28	CITROEN	C3	TCU9G60	2024/2025	Passeio
29	FIAT	UNO MILLE 1.0	HMH7616	2009/2010	Passeio
30	FIAT	UNO MILLE 1.0	HMG3244	2004/2005	Passeio
31	FIAT	DOBLÒ ESSENCE 7LG	QNO8399	2017/2017	Furgão Peq.
32	RENAULT	MASTER MBUS L3H2	QPY7071	2018/2019	Van
33	FIAT	STRADA HARD WORKING	QUH3315	2019/2020	Pick-up Leve
34	FIAT	STRADA FREEDOM CAB. DUPLA	PVR4F39	2024	Pick-up Leve
35	FIAT	STRADA WORKING	PXN9D96	2015	Pick-up Leve
36	FIAT	STRADA VOLCANO CAB. DUPLA	RUG5I94	2022/2022	Pick-up Leve
37	FIAT	MOBI LIKE	RNR8D04	2021/2022	Passeio
38	YAMAHA	CROSSER 150	SIM7F34	2023/2023	Motocicleta
39	YAMAHA	YBR	GYH0B20	2001/2002	Motocicleta
40	HONDA	CG 160 START	QUW0244	2019/2019	Motocicleta
41	FIAT	PALIO 1.0 FIRE FLEX	PXP2255	2015/2016	Passeio
42	RENAULT	KWID ZEN 1.0 SCE FLEX	QOZ6443	2018/2019	Passeio
43	FIAT	CRONOS DRIVE	RUF5D31	2022/2022	Passeio
44	TOYOTA	ETIOS	QOJ8I51	2018	Passeio
45	FIAT	MOBI LIKE	RUO9C05	2022/2023	Passeio
46	FIAT	STRADA WORKING 1.4	PVK6528	2014/2015	Pick-up Leve
47	VOLKSWAGEN	GOL TRENDLINE 1.0	PUM6772	2014/2015	Passeio
48	FIAT	MOBI LIKE	RNR8D05	2021/2022	Passeio



PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDÕES – MG - CNPJ 18.244.343/0001-67
TERMO DE REFERÊNCIA – SEGURO VEICULAR DA FROTA MUNICIPAL

Pregão Eletrônico | Lei nº 14.133/2021

Nº	Marca	Modelo	Placa	Ano/Mod	Categoria
49	CHEVROLET	SPIN 1.8L AT PREMIER	SHR4D83	2023/2023	Passeio
50	FIAT	DOBLÒ CARGO FLEX 1.8	HNH0653	2010/2010	Furgão Peq.
51	FIAT	DOBLÒ CARGO FLEX 1.4	NXX0912	2011/2012	Furgão Peq.
52	FIAT	DOBLÒ CARGO FLEX 1.4	PZT6973	2016/2016	Furgão Peq.
53	RENAULT	MASTER MAIA AMB	SHF9A01	2022/2023	Van Especial
54	CHEVROLET	MONTANA TECFORM AB1	QPE9394	2018/2019	Pick-up Leve
55	FIAT	CRONOS DRIVE	RUF5D30	2022/2022	Passeio
56	RENAULT	KWID ZEN 1.0 MECÂNICO	QPO2282	2018/2019	Passeio
57	FIAT	MOBI LIKE	PZX2G78	2017/2018	Passeio
58	GENERAL MOTORS	CHEV SPIN 1.8L AT LT7	QMY3E40	2023/2023	Passeio
59	RENAULT	MASTER 2.3 EXEC. LONGO	RUL3I03	2022/2023	Van
60	RENAULT	MASTER RETH ACES	TDD4G48	2024/2025	Van Especial
61	FIAT	UNO VIVACE/RUA 1.0	PUZ7265	2014/2014	Passeio
62	RENAULT	KWID ZEN 1.0 SCE FLEX	QOZ6449	2018/2019	Passeio
63	RENAULT	KWID ZEN 1.0 MECÂNICO	QUV3467	2019/2020	Passeio
64	RENAULT	KWID ZEN 1.0 SCE FLEX	TYG6C07	2025/2026	Passeio
65	RENAULT	KWID ZEN 1.0 SCE FLEX	TYG6C10	2025/2026	Passeio
66	RENAULT	KWID ZEN 1.0 SCE FLEX	TYD2I05	2025/2026	Passeio
67	RENAULT	KWID ZEN 1.0 SCE FLEX	TYD2I06	2025/2026	Passeio
68	RENAULT	KWID ZEN 1.0 SCE FLEX	TYD2I02	2025/2026	Passeio
69	RENAULT	KWID ZEN 1.0 SCE FLEX	TYD2H99	2025/2026	Passeio
70	CITROEN	AIRCROSS 7 FL	TYI8I85	2025/2026	Misto/Camioneta
71	TOYOTA	HILUX MAIA AMB1	TYI8I81	2025/2026	Esp. Ambulância
72	VOLKSWAGEN	POLO TRACK	TCE0D17	2025/2026	Passeio
73	CHEVROLET	SPIN	TCB9C98	2024/2025	Passeio
74	FIAT	STRADA	TCU9G87	2025/2026	Pick-up Leve

A estimativa apresentada reflete a necessidade real e atual da Administração Pública. Ajustes poderão ocorrer em decorrência de inclusões, exclusões ou substituições de veículos durante a vigência contratual, mediante endosso à apólice, conforme previsto no Termo de Referência.

9. LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado realizado demonstrou que o serviço de seguro veicular para frotas públicas é amplamente disponível, ofertado por seguradoras devidamente autorizadas pela Superintendência de



Seguros Privados (SUSEP), sem restrição quanto à existência de fornecedores aptos à execução do objeto.

ITEM	FORNECEDOR	VALOR TOTAL
Contratação de serviços de seguro veicular	NAVARRA CORRETORA DE SEGUROS LTDA (GRUPO GENTE SEGURDORA)	R\$ 645.624,25
Contratação de serviços de seguro veicular	SICOOB ADM E CORRETORA DE SEGUROS LTDA	R\$ 246.098,06

Para subsidiar a análise, foram considerados:

1. Contratações similares realizadas por outros entes públicos, por meio de consulta a ETPs, termos de referência e processos licitatórios disponíveis em portais oficiais de transparência;
2. Pesquisa no Painel de Preços do Governo Federal (paineldepregos.economia.gov.br);
3. Orçamentos obtidos junto a seguradoras autorizadas pela SUSEP, conforme exigência do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e da IN SEGES/ME nº 65/2021.

Valor Estimado Total (R\$)	Média estimada conforme pesquisa R\$445.861,15
Metodologia de Pesquisa	Cotações com seguradoras habilitadas na SUSEP

10. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO — CICLO DE VIDA DO OBJETO

Em análise ao mercado e aos processos licitatórios de entes similares, a melhor solução para a satisfação do interesse público é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro veicular, devidamente habilitada perante a SUSEP, com cobertura integral (casco + RCF + APP + assistência 24h) para toda a frota municipal, em lote único.

O serviço será contratado com base na quantidade de veículos a ser segurada, devendo ser observadas todas as coberturas e serviços previstos no Termo de Referência, com valor da franquia máxima fixado pela Administração. Em caso de sinistro, a seguradora indenizará a Administração de acordo com cada tipo de cobertura, pela tabela FIPE. O pagamento de franquia pela Administração ocorrerá somente em caso de sinistro com perda parcial.

O objeto possui natureza continuada (art. 6º, XV, da Lei nº 14.133/2021), podendo ser prorrogável anualmente até o limite máximo de 10 (dez) anos, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrado que tal medida assegura condições e preços mais vantajosos para a Administração.

A contratação será realizada na modalidade de Pregão Eletrônico (art. 28, I, da Lei nº 14.133/2021), por ser o serviço caracterizado como comum e admitir a definição de padrões de desempenho e qualidade por meio de especificações usuais de mercado.



11. JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Nos termos do art. 40, §1º, II, da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto deve ser adotado quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso. No presente caso, a contratação em lote único se justifica pelas seguintes razões:

4. Economicidade e escala: a contratação centralizada com uma única seguradora permite obter condições mais vantajosas de cobertura e preço, em razão da unificação da frota como objeto de negociação;
5. Simplificação da gestão: a existência de um único contrato, uma única apólice e um único preposto evita a fragmentação da gestão e reduz os custos administrativos e operacionais;
6. Inviabilidade técnica do parcelamento por veículo: a contratação de um seguro por veículo implicaria a nomeação de múltiplos gestores e fiscais, a formalização de dezenas de contratos e a multiplicação de processos administrativos, tornando a gestão tecnicamente improdutiva e antieconômica;
7. Uniformidade de cobertura: a contratação única assegura que todos os veículos da frota estejam cobertos pelas mesmas condições, coberturas e limites, facilitando o controle e a fiscalização.

12. RESULTADOS PRETENDIDOS

Dentre os benefícios pretendidos com a presente contratação:

- Alcançar a economicidade e o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, protegendo o patrimônio público contra riscos financeiros, otimizando o uso de recursos materiais e humanos e garantindo um processo eficiente de gestão de sinistros;
- Contribuir para a preservação e proteção do bem patrimonial, servidores e passageiros dos veículos a serviço da municipalidade, bem como de terceiros, proporcionando segurança em eventuais sinistros;
- Assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o Município, com tratamento isonômico entre os licitantes, justa competição e vedação ao sobrepreço e ao superfaturamento (art. 59 da Lei nº 14.133/2021)

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não se identificam contratações correlatas ou interdependentes necessárias à execução do objeto. O seguro veicular é serviço autônomo, destinado exclusivamente à proteção patrimonial e à mitigação de riscos relacionados aos veículos oficiais. Eventuais serviços de manutenção, abastecimento ou gestão de frota possuem natureza distinta e não condicionam a execução deste objeto.

14. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

A contratação é pertinente às funções administrativas da unidade contratante e está em consonância com o planejamento financeiro e funcional do Município. A despesa possui adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), nos termos do art. 11, IV, da Lei nº 14.133/2021.



O levantamento de quantidades foi feito por meio de análise criteriosa da demandante, gerando despesas em conformidade com as leis de diretrizes orçamentárias e assegurando previsão de saldo orçamentário e financeiro junto ao Departamento de Contabilidade e Tesouraria do Município.

Adequação à LOA	Sim — conforme declaração do Departamento de Contabilidade
Compatibilidade com a LDO	Sim
Natureza da Despesa	3.3.90.39 — Outros Serviços de Terceiros — PJ (seguro)
Dotação Orçamentária	A preencher por cada Secretaria requisitante

15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação prevê, no que couber, práticas de sustentabilidade nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022, da Lei nº 14.133/2021, arts. 5º e 11, e da Lei nº 12.305/2010, art. 7º, XI.

Foi consultado o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (6ª edição, setembro/2023). O objeto a ser contratado — serviço de seguro veicular — não consta do referido Guia como atividade de impacto ambiental direto. Não há impacto ambiental relevante, portanto não são cabíveis medidas mitigadoras específicas nem licenciamento ambiental para este objeto.

Recomenda-se, contudo, que a Contratada adote práticas de responsabilidade socioambiental em suas operações internas, tais como emissão de documentos e comunicações em formato eletrônico, reduzindo o consumo de papel.

16. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Levar ao conhecimento da autoridade competente as situações apuradas na fase preparatória, com a finalidade de subsidiar a autorização para instauração do procedimento de contratação, nos termos do art. 18, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

16.1 Providências da Administração

- Designar formalmente os fiscais técnico e administrativo do contrato, por ato da autoridade competente, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.246/2022;
- Realizar pesquisa de preços com pelo menos 3 (três) seguradoras habilitadas perante a SUSEP, documentando os orçamentos obtidos nos autos, conforme IN SEGES/ME nº 65/2021;
- Registrar o valor estimado sigiloso em documento apartado, com previsão de abertura imediatamente após o julgamento das propostas (art. 24 da Lei nº 14.133/2021);
- Preencher e assinar o Termo de Referência, consolidando as informações deste ETP;
- Submeter o processo à aprovação da autoridade superior para instauração do certame licitatório.

17. PARECER CONCLUSIVO

Em relação à viabilidade da contratação, constata-se:



- A relação custo-benefício da contratação é considerada favorável, pois o seguro veicular evita despesas imprevisíveis e de maior monta decorrentes de sinistros, assegurando maior previsibilidade orçamentária;
- Os requisitos relevantes para a contratação foram adequadamente levantados e analisados, inclusive o tempo esperado para que a solução esteja disponível;
- Existe mercado competitivo e ampla oferta de seguradoras habilitadas perante a SUSEP, atestando a viabilidade técnica e econômica da contratação;
- A solução proposta — Pregão Eletrônico, lote único, menor preço — é a mais adequada às características do objeto e às exigências da Lei nº 14.133/2021;
- Considerando os pontos listados, a contratação é viável, necessária e está em conformidade com a legislação vigente.

18. LOCAL, DATA E ASSINATURAS

Perdões/MG, 17 de março de 2026.

Eneribis C. M. P. Alvarenga Secretária Municipal de Saúde	Adriano de Castro Pereira Secretário Municipal de Desenv. Econômico
Elenize de Fátima Carvalho Luiz Secretária Municipal de Administração	Luciana Maria Arriel Soares Secretária Municipal de Agricultura
Luiz Fernando Moreira Mota Secretário de Cultura/Turismo	Lauanda Santos Salvador Eva Secretária de Desenv. Social
Márcia Regina Martins Bartels Secretária Municipal de Educação	Paulo Roberto dos Santos Secretário Municipal de Esportes/Lazer
Wesley José Mendes Vivas Secretário Municipal de Fazenda	Sérgio Martins Silveira Secretário Municipal de Governo
Luciana Maria Arriel Soares	Joana Darc Resende da Costa



PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDÕES – MG - CNPJ 18.244.343/0001-67
TERMO DE REFERÊNCIA – SEGURO VEICULAR DA FROTA MUNICIPAL

Pregão Eletrônico | Lei nº 14.133/2021

Secretária Municipal de Obras

Secretária Municipal de Planejamento

Guilherme Pereira Freitas
Prefeito Municipal

ANEXO II

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SERVIÇOS SEM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – LICITAÇÃO E
CONTRATAÇÃO DIRETA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDÕES – MG

(Processo Administrativo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM
ENTRE SI O MUNICÍPIO DE PERDÕES E A EMPRESA

.....

O Município de Perdões/MG, com sede Praça Primeiro de Junho nº 103 – Centro, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 18.244.343/0001-67, neste ato representado(a) pelo Prefeito Municipal, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] **OU** [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) [Pregão Eletrônico] **OU** [Concorrência] **OU** [Dispensa de Licitação] **OU** [Inexigibilidade de Licitação] nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de [objeto], nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. [O Edital da Licitação] **OU** [A Autorização de Contratação Direta] **OU** [O Aviso de Dispensa Eletrônica];

- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do termo inicial da vigência, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
 - 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
 - 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
 - 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
 - 2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
 - 2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
 - 2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).
- 2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxxx)**
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 10 (dez), a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 10 (dez);

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

12.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

12.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.8.3. Das indenizações e multas.

12.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

12.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

12.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

12.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

13.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

14.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

17.1. Fica eleito da Comarca de Perdões/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-